



Bolsas Na terça-feira	Pontuação B3 IBovespa nos últimos dias	Dólar Na terça-feira	Salário mínimo Últimos	Euro Comercial, venda na terça-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,54% São Paulo	185.629 186.502	R\$ 5,155 (+ 0,14%)	8/setembro 5,085 9/setembro 5,112 10/setembro 5,102 11/setembro 5,125 14/setembro 5,169	R\$ 1.621	13,90%	13,68%	Abri/2026 0,67 Mai/2026 0,58 Junho/2026 0,16 Julho/2026 0,07 agosto/2026 -0,32

SEGURANÇA PARA O DESENVOLVIMENTO DO BRASIL

Uma agenda contra o crime organizado.

TAL • KS CB TALKS

Guerra às facções infiltradas na economia

O crime organizado tem atuado mais no comércio irregular do que em tráfico de drogas devido ao lucro maior

» FERNANDA STRICKLAND

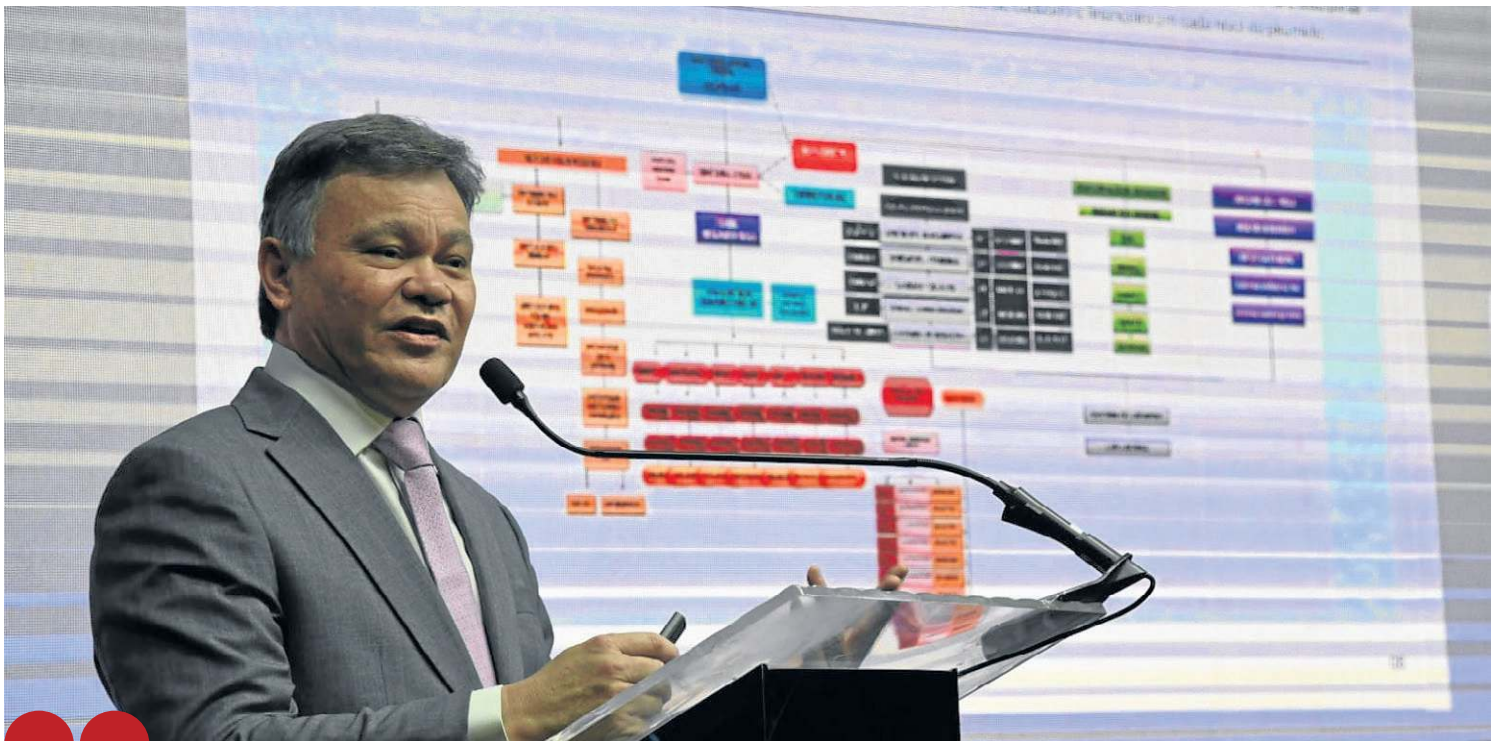
A atuação do crime organizado no Brasil passou por uma transformação que tornou as facções menos visíveis e, ao mesmo tempo, mais integradas à economia formal. A avaliação foi feita por Lincoln Gakiya, promotor de Justiça do Ministério Público de São Paulo, integrante do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), na abertura do seminário *CB Talks: Segurança para o desenvolvimento do Brasil*, organizado pelo **Correio Braziliense**, em parceria com o SindiGas, Instituto Combustível Legal e Livre Mercado.

Em sua apresentação, o promotor do Ministério Público paulista destacou a mudança do perfil dos criminosos investigados e a necessidade de aproximar instituições públicas e iniciativa privada no combate às organizações. Segundo ele, depois de 35 anos de atuação na perseguição de criminosos, ele tem constatado que a realidade mudou e o foco deixou de estar apenas nos traficantes e criminosos que circulam armados nas ruas e passou a incluir estruturas empresariais complexas.

Na apresentação, ele comparou os faturamentos anuais de negócios ilícitos, como tráfico transacional de cocaína, em torno de US\$ 2,8 bilhões, enquanto isso, apenas quatro mercados irregulares chegam a faturar US\$ 27 bilhões por anos, e, apenas combustíveis, US\$ 11,3 bilhões ao ano.

Para ilustrar a transformação, ele relatou uma conversa que teve em Palermo, na Itália, considerada

Fotos: Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press



O crime trocou o revólver pela planilha

Lincoln Gakiya, promotor do Ministério Público de São Paulo e integrante do Gaeco

um dos berços da máfia. Segundo ele, a percepção transmitida pelos italianos foi de que os mafiosos continuam presentes, mas deixaram de ser facilmente identificáveis. “A máfia está em todos os lugares e antigamente nós os víamos. Hoje, eles continuam aqui, mas nós não os vemos mais.”

Na avaliação do promotor, o mesmo processo ocorre no Brasil. A infiltração teria avançado para setores estratégicos da economia e chegado inclusive à região da Faria Lima, centro financeiro de São Paulo. Nesse cenário, o crime organizado teria deixado de depender exclusivamente de empresas de fachada para incorporar negócios lícitos e utilizar estruturas formais para movimentar recursos. “O crime trocou o revólver pela planilha”, afirmou.

Concorrência desleal

O novo modelo, segundo o promotor, não consiste

necessariamente em criar empresas fictícias para lavar dinheiro. A estratégia passa pela entrada do capital ilícito em negócios aparentemente regulares, criando uma vantagem competitiva diante de empresas que atuam exclusivamente com recursos de origem lícita.

Gakiya citou como exemplo recursos provenientes do tráfico internacional de cocaína que seriam misturados ao capital gerado por atividades legais. “Hoje, são empresas lícitas que estão na economia formal, portanto, estão no meio de nós, no meio dos senhores, das suas atividades.” Essa estrutura pode produzir, segundo ele, uma espécie de

concorrência desleal. O aporte de recursos ilícitos permite que determinadas empresas tenham capacidade financeira superior à de concorrentes que dependem apenas das receitas de suas atividades. Além da vantagem econômica, esse modelo pode envolver ameaças e extorsões para garantir a permanência de empresas e empresários no mercado segundo o especialista.

O promotor defendeu que o Primeiro Comando da Capital (PCC) seja tratado de maneira diferente de organizações criminosas de menor estrutura. Para ele, a facção apresenta características próprias de uma

organização mafiosa e deveria receber um tratamento legislativo específico. “Eu classifico, hoje, o PCC como a primeira máfia do Brasil.”

Gakiya lembrou que a Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen) havia listado 88 facções no país e argumentou que não seria adequado tratar organizações com níveis diferentes de estrutura e poder da mesma forma.

Na avaliação de Gakiya, o PCC possui uma estrutura semelhante à de grandes corporações, com áreas especializadas. “Todos os setores que vocês têm nas empresas comuns, nas grandes empresas, o PCC também vai ter: vai ter departamento jurídico, tem um departamento, vamos dizer, social, eles têm um setor financeiro próprio, eles têm um setor de transportes.” A consequência, segundo ele, é a dificuldade crescente de identificar onde termina a atividade econômica legítima e começa a atuação criminosa.

O seminário contou com dois painéis de discussão. O primeiro foi sobre o novo marco da segurança pública e a prioridade do poder público, e o segundo, sobre a nova fronteira do crime organizado, tratando da disputa entre o mercado formal e o irregular.

Durante a palestra de apresentação, Gakiya citou quatro importantes operações da Polícia Federal (PF) — Fim de Linha, Hydra, Carbono Oculto e Última Parada — para demonstrar, em uma linha do tempo, diferentes formas de infiltração do crime organizado na economia.

Desafios para regular e punir

» DANANDRA ROCHA

Conter o avanço das organizações criminosas exige mais do que o endurecimento das penas e da atuação policiais, de acordo com os quatro convidados do primeiro painel do seminário do *CB Talks Segurança para o Desenvolvimento do Brasil*, promovido pelo **Correio**. O tema do debate foi o novo marco regulatório e a prioridade do poder público.

Os debatedores reconheceram o enorme desafio para o avanço das regras no combate ao crime, mas houve divergências sobre quais mecanismos devem estar no centro da resposta do Estado contra o crime organizado. Enquanto o deputado federal Alberto Fraga (PL-DF) defendeu mudanças na legislação penal e maior rigor na execução das condenações, os demais participantes destacaram a necessidade de atacar também a estrutura econômica das facções, fortalecer órgãos reguladores e reorganizar o sistema de Justiça criminal.

O ex-secretário de Reforma do Judiciário e de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça

Marivaldo Pereira, proponente da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública, PEC 18/2025, o Estado precisa criar mecanismos para impedir que organizações criminosas se estabeleçam em setores formais da economia. Segundo ele, o enfrentamento não pode depender exclusivamente do direito penal. “Essa é uma complexidade que, para fazer frente a esse tema, nós temos que falar sobre regulação”, afirmou.

Para Fraga, o cumprimento das penas precisa ser revisto, inclusive, com a adoção do cumprimento integral das condenações em determinados casos. O parlamentar sustentou que o Congresso precisa avançar em medidas para aumentar a responsabilização de criminosos e reduzir brechas utilizadas pelas organizações criminosas. Entre as propostas citadas pelo deputado, está o Projeto de Lei 4.120, de 2024, de sua autoria e apresentado por ele como um “código antimáfia”. Ele criticou o sistema prisional e afirmou que medidas apontadas em relatório de uma comissão da qual participou não foram implementadas. A restrição das saídas

Alberto Fraga (PL-DF) defende uma agenda contra o crime organizado

temporárias também foi defendida como uma das mudanças que, na avaliação do deputado, precisam ser aprofundadas.

Uma experiência positiva no setor de combustíveis foi apresentada pelo diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Pietro Adamo Sampaio Mendes, como exemplo da necessidade de integração entre diferentes órgãos. Ele citou um acordo entre a ANP e a Polícia Rodoviária Federal que permitirá o compartilhamento de informações entre as instituições. Além

Marivaldo Pereira: enfrentamento depende apenas do direito penal

disso, lembrou que Receita Federal e Secretarias de Fazenda também são importantes para o trabalho de inteligência realizado em conjunto com a agência, como ocorreu na Operação Carbono Oculto, que investiga sobre adulteração envolvendo metanol e mostraram como as redes criminosas podem atingir a saúde pública. “As articulações são tão grandes no setor de combustíveis que as fraudes chegaram ao ponto da saúde pública”, disse.

O cientista político e especialista em segurança pública João Henrique Martins ampliou a discussão

Pietro Mendes, da ANP: cooperação entre os órgãos é o caminho

para o funcionamento de todo o sistema de Justiça criminal. Na avaliação dele, o Brasil possui capacidade técnica nas polícias, no Ministério Público, e no setor privado, que desenvolveu estruturas de compliance e integridade nos últimos anos. “Existe uma ampla capacidade técnica instalada no país, tanto da polícia quanto no Ministério Público quanto no setor produtivo. Gente capaz, estrutura organizada, que evoluiu muito nos últimos 20 anos, com capacidade de investigação e enfrentamento do crime organizado”, afirmou.

João Henrique Martins elogia capacidade técnica

Contudo, para o especialista, o principal problema está na articulação entre as diferentes etapas do sistema criminal. Ele citou dificuldades para rastrear o dinheiro das organizações, manter presos criminosos considerados violentos ou sofisticados e impedir que integrantes de facções continuem comandando negócios ilícitos mesmo depois de presos. “Nosso sistema de Justiça criminal não dá resposta ao tipo de problema e fenômeno criminal que nós temos que enfrentar”, afirmou. (Com Fernanda Strickland)